REPRESENTAÇÕES SOCIAS ACERCA DO FEMININO E DO MASCULINO: UMA PROPOSTA PARA A CO-EDUCAÇÃO[1]

Dra.Teresa Cristina Bruel dos Santos[2]

"Para quem escrevemos, é necessário examinar não só a verdade do que falamos, mas também a verdade da linguagem em que o dizemos" (Audre Lorde,2003) .

Resumo: Apresenta-se um estudo sobre as representações sociais acerca do feminino, do masculino e da violência contra as mulheres elaboradas por adolescentes, 208 meninas e 227 meninos da Comunidade Autônoma de Madri. As representações sociais são entendidas ao mesmo tempo como estruturas de conhecimento, símbolos e afetos distribuídos entre as pessoas e os grupos sociais, e como um processo social que implica comunicação e discurso onde os significados e objetos sociais são construídos. Estes dois elementos são inseparáveis, independentemente de que, para entender-las coloquemos nosso olhar somente sobre um determinado aspecto. As representações sociais se institucionalizam em palavras, sentimentos e condutas; por tanto devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. É importante entender as representações sociais a partir do contexto que as engendram e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais. Para a análise de ditas representações utilizamos um método de associação livre de palavras a um conjunto de estímulos. Uma amostra de 435 estudantes respondeu ao instrumento proposto. Os resultados obtidos mostram dois claros campos semânticos: um formado a partir das representações dos meninos e outro a partir das representações das meninas. Os resultados demonstram que existe uma tendência geral e recorrente de associar o gênero as características biológicas aparentes de diferenciação sexual. Entendemos que as oposições existentes na construção do masculino e do feminino são apreendidas através dos estereótipos de gênero vigentes em cada cultura e consideramos que estas representações, crenças e valores constroem e reforçam uma relação desigual entre mulheres e homens. Assim, é possível observar como meninos e meninas aprendem desde muito cedo a opor atributos masculinos e femininos. Ademais este estudo explorou a relação entre as diferentes representações sociais construídas pelos/as adolescentes acerca de los estereótipos de gênero e a desigualdade existente entre mulheres e homens (violência contra as mulheres), partindo de indicadores teóricos. Neste sentido, pensamos que, para a construção de relações eqüitativas, é imprescindível incorporar inovações educativas

---

[1] Trabalhando a partir da co-educação, é possível transformar as bases sociais e culturais que geram discriminação entre as pessoas.

[2] Doutora em Psicologia Social e Metodologia. Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Mulher (NIEM) da UFRGS.

que questionem e deconstruam papéis e estereótipos tradicionais sexistas que todavia permanecem na sociedade e que dificultam a relação entre as pessoas.

Palavras-chave: representações sociais, gênero, estereótipos, sexismo.

Introdução

O tema das Representações Sociais[3] nos situa na necessidade de conhecer os processos sociais de construção da realidade e a maneira pela qual o conhecimento se constrói nesta realidade. As RS suprimem a distância entre os atores sociais e o mundo através da criação de sentido, da compreensão do que é desconhecido, domesticando o mundo-objeto e tornando-o conhecido. Em toda representação e em todo conhecimento subjaz um desejo de apreender, de compreender, de abarcar a "não-familiaridade" do mundo. Como instrumentos de conhecimento e comunicação, as RS constroem self e realidade que nos possibilitam desenvolver tanto uma identidade pessoal como o ambiente social no qual vivemos. Neste sentido, se poderia dizer que as RS são uma maneira de interpretar e de pensar nossa realidade cotidiana, uma forma de conhecimento social (JOVCHELOVITCH, 2007).

É a sociedade a que proporciona aos indivíduos os conceitos e as matrizes com as quais pensam e constroem suas RS, sendo esta uma organização ativa de imagens e de linguagem que simboliza atos que se convertem em comuns, e cujo papel é dar forma ao que provem do exterior, remodelando e reconstruindo seus elementos. São, deste modo, uma modalidade particular de conhecimento cuja função é a elaboração dos comportamentos e a comunicação entre as pessoas (MOSCOVICI, 1979).

As RS circulam, se cruzam e se cristalizam sem cessar em nosso universo cotidiano trazendo consigo a identidade, a cultura e a história de um grupo de pessoas, forma na qual as pessoas apreendem os acontecimentos do meio ambiente, as informações, o conhecimento do "senso comum" (MOSCOVICI, 1981). Este conhecimento se constitui a partir da experiência, porém também das informações e conhecimentos que se transmitem através da educação e da comunicação social. Os processos de comunicação social jogam um papel fundamental na construção de um universo consensuado, pois nos remetem al âmbito das relações de influencia e pertença social, determinante na criação das representações.

A importância do estudo das RS de gênero radica em visibilizar e questionar as crenças, os valores, os supostos ideológicos que estabelecem, com base nas diferenças biológicas, a descrição diferenciada de características e roles sociais que situam a mulheres e a homens em

[3] Utilizaremos à abreviatura RS para referir-nos às Representações Sociais.

distintas posições. O conceito “gênero” põe de manifesto a relação desigual entre mulheres e homens enquanto sujeitos sociais.

De acordo com García-Mina (2003) os modelos de masculinidade e feminilidade são moldes vazios que cada sociedade preenche com uma serie de normas e atitudes, crenças, estereótipos e comportamentos previamente escolhidos neste amplo leque de possibilidades que contem o contexto social. Estes modelos definem a vida das pessoas através de uma normativa que aponta os direitos e deveres, proibições e privilégios que cada pessoa tem por pertencer a um sexo ou a outro.

A definição social de homem e mulher, como a definição social dos padrões de comportamento, considerados próprios de cada um/a, não se limita a estabelecer uma diferenciação binária entre essas categorias sociais senão que estabelece, também, uma diferença assimétrica entre elas. Os estudos feministas revelam, pois, a relação desigual entre homens e mulheres, existente e evidente no terreno social. Dita desigualdade é devido a uma construção social dos gêneros (papéis) diferenciados e valorizados de acordo com o sexo das pessoas, construções que se erigem em prescrições sociais através das quais se tenta regular a convivência.

Apesar de existir, atualmente, uma visibilidade maior com relação ao debate social acerca das consequências da convivência desigual entre homens e mulheres, acreditamos que este problema está muito longe de ser resolvido, e que todavia existe muito caminho por percorrer. A diferença entre os gêneros é uma brutal expressão de um sistema fundado no poder de dominação (desigualdade, opressão, discriminação). Tradicionalmente foi considerado um sistema que excluía a mulher do processo de produção e a submetia a um exclusivo papel de reprodução dentro do marco familiar. Neste sentido a divisão do trabalho confinou a mulher durante séculos no âmbito privado, na casa, e, para justificá-lo, o capitalismo e os organismos religiosos levantaram uma grande estrutura ideológica que potencializava a idéia de que a mulher era inferior ao homem[4].

Apesar da discussão acerca da desigualdade de gênero não ser um fenômeno novo, seu reconhecimento e sua visibilidade no âmbito público formam parte de um debate recente que o converte em problema social. Os problemas sociais são, por definição, questões públicas e não questões pessoais, ou privadas e, portanto, devem ser abordados pelos mais diversos setores da sociedade. Henri Tajfel, o psicólogo europeu mais influente na segunda metade do século passado, já havia descrito com simplicidade: os problemas sociais não têm uma origem

[4] Mais detalhes em “*El trabajo de las mujeres a través de la Historia”* (1985) – Ministerio de Cultura. Instituto de la Mujer - Centro Feminista de Estudios y Documentación, Madrid, Espanha.

psicológica, no sentido que “o ataque de uma só pessoa a um grupo étnico minoritário pelo qual sente aversão o ao que teme, continuaria sendo um caso trivial se não fosse pelo fato de que atua em uníssono com outros que compartem seus sentimentos” (TAFJEL, 1984, p.54). Se mudarmos o marco de referência da discriminação étnica para a desigualdade de gênero, a reflexão de Tajfel resulta mais do que convincente.

Neste debate o que pretendemos é abordar a desigualdade de gênero a partir de um olhar psicossocial e integrador, e considerá-la como um problema social que afeta à população de maneira geral e, em particular, às mulheres.

A desigualdade entre homens e mulheres é a origem da violência de gênero, dito de outro modo, “a violência de gênero é a violência que pode padecer qualquer mulher pero mero fato de sê-lo” (SANMARTÍN, 2002, p. 16). Esta definição demonstra que a violência de gênero se instala dentro de uma lógica intergrupal quando é exercida contra uma pessoa, em tanto que esta pertence à categoria social de mulher. Ditos processos se desenvolvem de acordo com um modelo de transmissão de valores que determina e mantém uma ordem hegemônica que se propaga através da história.

Como herança desta desigualdade histórica, podemos dizer que certas atitudes e comportamentos que primam pelo predomínio de um sexo sobre o outro foram tradicionalmente justificados e adaptados nos processos de socialização nas mais variadas culturas, obstaculizando o desenvolvimento de um sistema de valores igualitários, eqüitativos entre ambos os sexos (LORENTE ACOSTA, 2001; AMORÓS, 1999).

Neste sentido entendemos que a triangulação: a) representações sociais acerca do feminino e do masculino, b) papéis atribuídos aos sexos e os c) estereótipos sexistas, assumem um papel indispensável no momento de formar universos de opinião, crenças e atitudes compartilhadas que justificam e fixam as relações desiguais entre homens e mulheres. No que corresponde ao tema do qual nos ocupamos, as RS podem ser entendidas como um sistema interpretativo para as pessoas de um determinado grupo, um sistema que induz processos de classificação social (PÉREZ, MOSCOVICI y CHULVI, 2002). Tais processos são determinantes no momento de delimitar crenças compartilhadas, imagens, sentimentos e comportamentos adequados.

O principal motivo que nos levou a realizar a presente investigação foi a necessidade de conhecer as percepções, crenças e RS das e dos adolescentes acerca das diferenças com relação ao que se considera feminino e masculino e com relação a violência contra as mulheres. Em definitiva, acreditamos que as RS de um grupo são fundamentais para entender a estrutura e o conteúdo sobre diferentes *objetos*, reconhecidos socialmente. Considerando

que as RS incluem visões estereotipadas acerca de ditos *objetos*, pretendemos que este estudo tornasse visível o conjunto de princípios organizadores e posicionamentos tanto individuais como grupais, relacionados com o saber comum, sobre as diferenças entre os gêneros e sua vinculação com uma relação desigual entre os sexos.

Compreender as relações desiguais entre homens e mulheres implica observar o que é socialmente construído a respeito destas categorias. Através de um estudo exploratório-descritivo, o que pretendemos foi identificar as RS dos e das adolescentes acerca das diferenças de gênero, e da violência contra as mulheres como categorias que nos possibilitam entender e explicar alguns dos componentes fundamentais da desigualdade entre mulheres e homens, tramada no sistema social.

Explorar as RS de gênero arraigadas em práticas sociais foi o fio que deu forma ao tecido argumental desta investigação. Além disto, o fato de analisar as crenças, a forma como os grupos concebem a realidade, as concepções que tem a respeito de um determinado tema, nos permitiu trazer à luz os processos de significação e suas implicações, e nos ajudou a compreender como os/as sujeitos/as se apropriam de alguns conceitos e lhes dão sentido.

As RS constituem o mundo tal e como é conhecido e as identidades que elas sustentam garantem ao/a sujeito/a um determinado lugar neste mundo. As RS estabelecem uma ordem que possibilita às pessoas obter uma orientação no seu mundo concreto e social e, a partir daí, organizar-lo (MOSCOVICI, 1973). Através de uma análise pormenorizada das RS podemos entender as construções que estão insertas na estrutura social e que interferem de cheio nas práticas que regem a realidade.

A lógica binária de gênero homem-mulher, sujeito-objeto, ativo-passivo, acentua uma rigorosa e estereotipada oposição entre os sexos que acaba por criar relações desiguais, não recíprocas nem eqüitativas. A oposição masculino-feminino implica uma desigualdade que, como em todos os opostos binários, estabelece que um lado desta oposição seja considerado dominante e central, superior ao outro, que passa a ser o oposto inferior, subjugado ou ignorado.

Neste sentido entendemos que a violência contra as mulheres é, em primeiro termo, manifestação de uma ordem que tem a desigualdade como tela de fundo, onde a atribuição de características diferentes as mulheres e aos homens, como conseqüência de seu sexo, é visivelmente percebida. A violência contra as mulheres é considerada uma violência estrutural, pois contribui a manter normas sócio-culturais que determinam um ordenamento social (AMORÓS, 1990; MÉNDEZ, 1990; FERREIRA, 1992; SANZ, 1995; BONINO

MÉNDEZ, 1999; SAU SÁNCHEZ, 2000; ÁLVAREZ, 2001; LORENTE ACOSTA, 2001; NOGUEIRAS, 2004).

Esta violência, ao longo de seu ciclo, tem sua origem em pautas culturais, na linguagem e na religião, que perpetuam a condição inferior que se atribui às mulheres na família, no trabalho e na sociedade.

Foi a princípios dos anos 70 quando as mulheres, insatisfeitas e com a necessidade de resistir frente a estes mecanismos hegemônicos, começaram a se reunir e a questionar essas identidades impostas, com o a intenção de lutar por uma sociedade diferente. As mulheres, "uniram suas críticas através de uma voz teórica própria, para denunciar as condições de produção e reprodução no discurso das ciências. Através de sua presença, como sujeitos de investigação, buscaram democratizar os espaços reprodutores de conhecimento. Propuseram uma nova leitura das categorias mulher e homem" (GARCÍA-MINA 1997, p. 41). As mulheres questionaram os distintos significados que desde a ciência foram atribuídos aos homens e mulheres, e denunciaram as estratégias que legitimava a relação desigual entre elas e eles (BARBERÁ HEREDIA y PASTOR CARBALLO, 1992, BONDER, 1982, BURÍN, 1996, LAGARDE, 1996).

Neste sentido, realizamos um estudo exploratório acerca das RS de gênero e suas implicações na desigualdade entre homens e mulheres. Consideramos esta uma tarefa necessária e emergente, não somente como forma de fomentar uma maior conscientização e compromisso social frente a dito fenômeno, senão como uma ferramenta útil na hora de desenhar um fazer futuro em termos de prevenção e intervenção, sobretudo no terreno das políticas de igualdade de oportunidades[5] e de uma co-educação com base em um enfoque feminista.

Procedimentos metodológicos

Amostra

Para realizar esta investigação, optamos por uma mostra composta por adolescentes de nacionalidade espanhola, com idades compreendidas entre os 12-18 anos.

A mostra foi selecionada com o critério de obter um número equilibrado de meninos e meninas e, simultaneamente, lograr homogeneidade com relação ao perfil de idade de cada um dos grupos, dada a relevância da variável sociodemográfica sexo na interpretação dos resultados de nossa investigação.

[5] As políticas de igualdade de oportunidades pretendem a equiparação dos direitos de quem vive em situação de desigualdade.

Procedimento

Realizamos a aplicação de 435 questionários a estudantes de cinco Institutos (Escolas) da Comunidade Autônoma de Madri[6]. Pedimos para que os meninos e as meninas associassem, aos estímulos propostos, todos os termos que considerassem pertinentes. Deixamos claro que nenhuma palavra deveria ser considerada ridícula e que anotassem aquelas que primeiro lhes viesse à cabeça, não importando o número de palavras que quisessem anotar.

Instrumento

Utilizamos uma técnica de associação livre de palavras a estímulos indutores (DOISE, CLÉMENCE y LORENZI-CIOLDI, 1993). Na investigação utilizamos um total de 7[7] termos que serviram como estímulos. A escolha dos termos foi feita levando em consideração as necessidades da investigação, e seguindo critérios teóricos internos a esta, que apontam basicamente a duas questões: por uma parte a necessidade de visibilizar as estruturas de representação através de campos semânticos polares, e a de estabelecer uma comparação entre os estímulos. Gostaríamos de salientar que, aqui, só estaremos analisando 3 destes termos, que se referem aos estímulos "feminino", "masculino" e "violência contra as mulheres".

No que diz respeito ao instrumento utilizado, vamos nos centrar nos resultados obtidos mediante a Análise de Correspondencias ou Análise de Homogeneidade (HOMALS). Para tanto utilizamos um dicionário de palavras criado a partir do total de associações realizadas aos 7 estímulos propostos. A produção total de palavras ascendeu a 9.100 termos, o que equivale a 20,92 vocábulos por pessoa, e supõe uma média de 3 termos por estímulo (para cada pessoa). Deste total de palavra reduzimos a cifra a 2.656, que foram utilizadas como dicionário definitivo. Tal redução foi realizada excluindo os termos repetidos e agrupando aqueles semelhantes.

Este método tem, em sua base, certas vantagens gerais: a) a gente tem um limitado número de significados sobre um objeto específico, e isto permite gerar os dicionários de significados; b) os conteúdos da RS estão estruturados hierarquicamente sobre a base de sua semelhança ou distancia com outros significados e, c) a estrutura da RS está orientada por

---

[6] Nomes os Institutos: Instituto de Enseñanza Secundaria Soto del Real, Instituto de Enseñanza Iturralde, Colegio Santa María de los Rosales, Instituto de Enseñanza Secundaria Rosa Chacel, Instituto de Enseñanza Secundaria Sierra de Guadarrama.

[7] Os termos propostos para realizar esta investigação foram: mulher, homem, feminino, masculino, igualdade contra as mulheres, desigualdade contra as mulheres e violência. Nesta apresentação faremos referência aos termos feminino e masculino.

umas poucas dimensões atitudinais: aquelas que definem seu núcleo (DOISE, CLÉMENCE y LORENZI-CIOLDI, 1993 em CÁRDENAS y BLANCO, 2004).

Resultados principais

A informação que obtivemos após realizar a Análise de correspondência acerca dos principais termos associados por meninos e meninas ao estímulo *Feminino* foi bastante curiosa.

Com relação ao campo semântico formado pelos meninos e pelas meninas, o que chamamos de epicentro do eixo em torno a este conceito, podemos entender que este se encontra ancorado em estereótipos sexistas profundamente enraizados no social. As palavras que gravitam em torno ao eixo referem-se, primeiramente, às características biologicas adscritas ao feminino: ser *mulher* e, por conseguinte, ser *mãe*. Pese a que inúmeras investigações mostram que o conceito de sexo não é válido para explicar as diferenças entre homens e mulheres nas mais variadas culturas, neste caso, vemos que as e os adolescentes consultados não diferenciam o biológico atribuído ao sexo, do cultural determinado pelo gênero.

Como afirma (PATEMAN, 1996) “a posição da mulher não está ditada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, senão que é uma questão que depende de um artifício político e social”. Ao contrário do sexo, o gênero possui um caráter sócio cultural, é uma construção simbólica e discursiva que reúne aqueles elementos, adscrições e práticas que cada sociedade considera própria do masculino e do feminino, em função das marcas biológicas do dimorfismo sexual aparente.

Assim, a afirmação de que os homens e mulheres são diferentes marca a idéia de uma essência masculina e uma essência feminina, o que, muitas vezes, justifica as relações desiguais entre mulheres e homens.

O par de palabras submissão e moda completa o campo semântico. O termo moda talvez esteja indicando estes modelos normativos que impelem aos corpos das mulheres um “dever de boa aparência” que pressupõe estar de acordo aos cânones de beleza e juventude. A busca dos signos identificatorios de feminilidade acaba produzindo uma obsessão em direção a imagem ideal em um número significativo de mulheres.

O *feminino* também se caracteriza como submisso, uma mulher que não goza de autonomia para si mesma, denotando uma desigual distribuição do exercício de poder entre os sexos. A posição de um gênero com relação a outro é um eixo crucial por onde discorrem as

assimetrias de poder no social. Ao longo da história se legitimou a crença da inferioridade da mulher com relação ao homem.

De forma parcial o feminino é caracterizado pelas meninas como: decisão, inteligencia, justiça, beleza, vaidade, presumida, sensibilidade, cuidado, amabilidade e, pelos meninos como: fofoca e indecisão.

O primeiro que salta aos olhos é o contraste na formulação dos campos semânticos. As meninas atribuem ao feminino características mais positivas que os meninos, por outro lado, continuam repetindo características e práticas apresentadas no núcleo das RS, vinculadas à idéia tradicional acerca do feminino: ser bela, vaidosa, sensível, cuidadora e amável. Estes estereótipos positivos respondem a modelos de mulheres "bondosas" cuja forma de ser e de fazer está em função dos desejos e necessidades das demais pessoas.

Por outro lado, as meninas destacam características novas com relação ao núcleo de RS do feminino. As palavras decisão, inteligencia e justiça falam de um feminino desvinculado do estereótipo e que vem ganhando terreno social. As palavras decisão e justiça, por exemplo, podem estar indicando a necessidade de participação das mulheres em diferentes esferas (econômica, política, social, familiar, tomada de decisões etc.) sobre bases participativas e de igualdade de oportunidades. Pese a que são minoritárias nas RS do feminino, ditos termos nos remetem a pensar em mudanças sensíveis, tanto em aspectos subjetivos como em relação ao lugar que tradicionalmente a sociedade designou às mulheres, e que vão mudando pouco a pouco e vão sendo introduzidos nos debates públicos.

O campo semântico correspondente aos meninos atribui ao feminino à *fofoca* e à *indecisão*. No seu conjunto são características que oferecem um "eu frágil" e denota uma desvalorização com relação ao universo das mulheres.

Com relação ao campo semântico formado em torno ao estímulo masculino percebemos que o núcleo da RS nos apresenta um masculino vinculado ao *trabalho*, à independência, ao poder e à força. Encontramos uma imagem que ressalta, ante tudo, o caráter ativo, atrevido e valente, características reconhecidas e valorizadas socialmente. As atribuições se caracterizam pela ênfase na virilidade, na força e no trabalho, as quais contribuem para legitimar a crença na posição superior do homem sobre a mulher, predomínio de valores e hierarquias dos processos de socialização da cultura.

A construção de uma ordem simbólica basada na superioridade masculina implica uma série de comportamentos e atitudes estereotipadas que conduzem a subordinação de um sexo a outro. Isto se corresponde com o fato, da validez, praticamente universal, de que os homens dedicam-se mais às tarefas extra domésticas, que compreendem desde o âmbito econômico e

político até o cultural (AMORÓS, 1995). Tarefas estas que outorgam ao homem um lugar diferenciado e de superioridade nas relações. Por outro lado, a força normalmente é um atributo vinculado ao masculino e, inclusive, determinado como uma característica biológica que confere, uma vez mais, a idéia de superioridade.

A RS acerca do *masculino* é variável com relação ao que pensam as meninas e os meninos. Para as meninas o masculino se vincula a mulherengo, machista, brutalidade, insensível-sensível e futebol. Ainda que se trate de uma RS parcial (masculino visto pelas meninas) vemos a presença de uma essência que repete características nucleares com relação ao estimulo em questão. Uma vez mais se evidencia a dinâmica pública do masculino. Chama à atenção a dicotomia sensível-insensível que questiona a construção cultural e simbólica acerca da afirmação sexista de que o masculino está diretamente associado à insensibilidade. Por outro lado, os meninos dizem que o masculino está relacionado com *a valentia, decisão e cuidado.*

De um lado o fato dos meninos relacionarem o masculino com *valentia* e *decisão* implica dificuldades para questionar um papel que enquadra aos homens e que confirmam crenças provenientes dos processos de socialização. De outro lado, se o termo *cuidado* se refere à proteção às mulheres indicaria formas desiguais de relação e se este adjetivo estivesse vinculado à atenção, numa relação configurada na troca, com relação às pessoas de maneira geral, se poderia vislumbrar um questionamento dos papéis atribuídos ao masculino por parte dos meninos.

Com relação ao estímulo *violência contra as mulheres*, os meninos associam com este estimulo a palavra homem o que nos indica que eles estão considerando os homens diretamente vinculados a questão da violência contra as mulheres. Por outro lado as meninas relacionam a violência com as palavras ciúmes, medo e impotência, o que poderia estar indicando sentimentos vinculados à falta de liberdade, a falta de proteção e vulnerabilidade frente a este fenômeno. Aspectos que chamam a atenção a uma ordem de gênero com base em um sistema opressivo, baseado na coerção e no patriarcalismo reproduzido atualmente. As meninas também associam a violência ao maltrato, a agressão, a brutalidade e a injustiça. Estas palavras parecem deflagrar a variedade dos atos de violência e suas diferentes formas de manifestação.

As meninas utilizam termos que explicitam, de certa maneira, que a violência contra as mulheres fomenta a dependência, a vulneração dos direitos humanos e o controle social que acabam por conformar as relações assimétricas entre mulheres e homens. Também neste

sentido, utilizam os termos transgressão, diferença, poder e machismo. A palavra transgressão revela a ilegitimidade da violência percebida pelas meninas.

Assim, vemos que as meninas têm uma representação da violência diretamente vinculada a uma lógica estabelecida socialmente sobre a base das diferenças sexuais, fundamentadas em relações sócias desiguais e assimétricas de poder entre homens e mulheres. O termo machismo, associado ao estímulo violência contra as mulheres, se vincula claramente a idéia de hierarquia sexual com superioridade masculina.

O termo escolhido para representar a violência, tanto pelos meninos como pelas meninas foi intolerável. Encontramos-nos aqui frente a uma estrutura representacional de oposição. Esta oposição é o horizonte que aponta um consenso de acordo com o aspecto negativo da violência. O núcleo da representação demonstra que existe um evidente rechaço e intolerância, por parte dos meninos e das meninas frente a este fenômeno.

Considerações Finais

Nesta investigação revisamos as representações sociais de adolescentes espanhóis sobre a construção social e as práticas de gênero, analisado, sistematizando e explorando as percepções elaboradas em torno a este conceito. Também verificamos as representações sociais acerca da violência contra as mulheres. Para levar a cabo este propósito, optamos por dirigir um olhar em direção a uma exploração detalhada acerca das percepções coletivas utilizando como matéria-prima uma análise quantitativa e qualitativa das representações grupais geradas por este segmento da juventude espanhola.

Somos conscientes de que fizemos apenas parte do trabalho: Pudemos observar as RS juvenis carregadas de estereótipos sexistas que evidenciam um mundo social dividido e ancorado em oposições recorrentes. Oposições estas que colocam o masculino em um lugar privilegiado. Como fios invisíveis, as relações diferenciadas entre homens e mulheres estão detrás de todas as ações e relações sociais. Em todas as sociedades o sexo é um critério de diferenciação entre as pessoas e, em cada sociedade homens e mulheres compartem um conjunto de idéias sobre o masculino e o feminino e sobre o comportamento que homens e mulheres devem ter. As diferenças entre os sexos são as marcas através das quais se perpetuam um modelo de atuação específico e que sustentam e até justificam a violência contra as mulheres.

Neste sentido, consideramos vital recuperar nossa capacidade de indignação frente a práticas hegemônicas, patriarcais, que imprimem sobre os corpos e sobre as vidas das pessoas (principalmente das mulheres) marcas que as paralisam e as impedem de romper com estas lógicas impositivas. Lançar

novas perguntas e duvidar de antigas verdades pode ser um dispositivo interessante para eliminar fronteiras materiais e simbólicas que separam masculinidades e feminilidades.

Assim, Audre Lorde (2003) nos remete a pensar no compromisso que temos com a linguagem e com o poder que esta linguagem exerce nas nossas vidas. Fala do compromisso de transformar o silêncio que, muitas vezes nos acomete, em linguagem e em ação como necessidade vital de mudança.

Pensar as RS, como fenômeno colado ao tecido social, entendendo que estas assumem as condições concretas da vida e que envolvem desde relações sociais de produção e reprodução, até mecanismos institucionais de diferentes ordens, pode ser uma saída possível para transformá-las e ressignificá-las.

Referências bibliográficas

AMORÓS, C. (coord.) *Historia de la teoría feminista.* Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid y Dirección General de la Mujer de la Comunidad Autónoma de Madrid, 1999.

AMORÓS, C. "Violencia contra las mujeres y pactos patriarcales". En: MAQUIEIRA, V.; SÁNCHEZ, C. (ed.) *Violencia y sociedad patriarcal*. Madrid: Pablo Iglesias, 1990.

AMORÓS, C. 10 Palabras clave sobre mujer. Navarra: Verbo Divino, 1995.

BARBERÁ HEREDIA, E.; PASTOR CARBALLO, R. "Género y Sexo: Transformaciones históricas en el estudio de los roles y los estereotipos". *Revista de Historia de la Psicología*, 1992, Vol. 13, 2-3, p. 49-58.

BONDER, G. *Los estudios de la mujer y la crítica epistemológica a los paradigmas de las ciencias humanas*. Buenos Aires: Centro de Estudios de la Mujer, 1982.

BONINO Méndez, L. "Violencia de género y prevención: el problema de la violencia masculina". En: *Actuaciones sociopolíticas contra la violencia de género*. Madrid: UNAF, 1999.

BURÍN, M. "Género y psicoanálisis: subjetividades femeninas vulnerables". En: BURÍN, M.; DIO BLEICHMAR, E. (comps.). Género, psicoanálisis y subjetividad. Buenos Aires: Paidós, 1996.

DOISE, W.; CLÉMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. *The quantitative analysis of social representations*. Hemel Hempstead: Harvester-Wheatsheaf, 1993 em CÁRDENAS, M.; BLANCO, A. "Las representaciones sociales del movimiento antiglobalización". *Revista de Psicología Política*, 2004, 28, p. 27-54.

FERREIRA, G. *Hombres violentos, mujeres maltratadas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

GARCÍA-MINA FREIRE, A. “Análisis de los estereotipos de rol de género. Validación transcultural del inventario del rol sexual”. Universidad Pontificia de Comillas de Madrid, Departamento de Psicología Básica y del Desarrollo, 1997.

GARCÍA-MINA FREIRE, A. *Desarrollo del género en la feminidad y la masculinidad*. Madrid: Narcea, 2003.

JOVCHELOVITCH, S. *Knowledge in Context: representations, community and culture.* London: Routledge, 2007.

LAGARDE, M. *Género y Feminismo. Desarrollo humano y democracia*. Madrid: horas y HORAS. 1996.

LORENTE ACOSTA, M.A. *Mi marido me pega la normal. Agresión a la mujer; realidades y mitos.* Barcelona: Ares y Mares. 2001.

MOSCOVICI, S. *El psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires: Huemul, 1979.

MOSCOVICI, S. *Foreword. In C. HERZLICH, Health and illness: a social psychological analysis.* London: Academic Press, 1973.

MOSCOVICI, S. *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata, 1981.

NOGUEIRAS, B. “La violencia en pareja”. En: RUIZ-JARABO QUEMADA, C.; PRIETO, P. (dirs.) *La violencia contra las mujeres. Prevención y detección*. Madrid: Díaz de Santos, 2004.

PATEMAN, C. Críticas feministas a la dicotomía publico/privado. En: *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós, 1996.

PÉREZ, J.A.; MOSCOVICI, S.; CHULVI, B. “Natura o cultura como principio de clasificación social. Anclaje de representaciones sociales sobre minorías étnicas”. *Revista de Psicología Social*, 2002, 17, 1, p. 51-67.

SANMARTÍN, J. “Violencia contra las mujeres: causas y efectos”. En: San Martín, J. Actas de la II Conferencia Internacional sobre Violencia Contra las Mujeres. Madrid: Ayuntamiento de Madrid. 2002.

SANZ, F. *Los vínculos amorosos*. Barcelona: Kairós, 1995.

SAU SÁNCHEZ, V. *Reflexiones feministas para principios de siglo*. Madrid: Horas y horas, 2000.

TAJFEL, H. *Grupos humanos y categorías sociales*. Barcelona: Herder, 1984.